

VEÍCULO: Gazeta Mercantil**Seção: Economia****Autor: Sabrina Lorenzi****Data: 01/04/2009****Título: Eike Batista decide pôr à venda ativos de mineração**

Rio de Janeiro, 1 de Abril de 2009 - O empresário Eike Batista indicou ontem que deve sair de vez do ramo da mineração. Anunciou que planeja vender parte ou todos os ativos da MMX, braço do grupo para a exploração e produção de minério de ferro e outros insumos metálicos. A debandada do setor começou há alguns anos, quando a holding EBX resolveu mergulhar nos setores de petróleo e logística, ao mesmo tempo em que vendia suas principais minas de ferro para a gigante Anglo American. O que ficou na MMX, de acordo com Batista, está agora na mira de companhias chinesas.

"Os chineses estão vindo até nós (...) E precisamos sair dos segmentos onde os chineses serão competitivos", disse o empresário a [analistas](#) de mercado.

A MMX possui o Sistema Corumbá, composto por minas minério de ferro no Pantanal, uma unidade de ferro-gusa e uma unidade florestal, que vai suprir as necessidades energéticas do sistema. Também fazem parte dos ativos da empresa as minas AVG e Minerminas, no Complexo Serra Azul, em Minas Gerais, compradas recentemente. A empresa possui ainda direitos minerários no município de Bom [Sucesso](#), no mesmo estado.

No Chile, no deserto do Atacama, a MMX concluiu descobertas comerciais de ferro com potencial de escoamento do produto pelo Oceano Pacífico, um bom negócio, segundo Eike Batista, principalmente pela proximidade com a Ásia. " Os direitos minerários, que estão em fase de pesquisa geológica e obtenção das licenças ambientais, poderão representar o estabelecimento de um novo sistema integrado de minério de ferro e com infraestrutura logística já mapeada e competitiva para o escoamento da produção, em função da sua localização na costa do Pacífico", informou a companhia.

"Se tem qualidade, se tem caviar e tudo do melhor, as pessoas vão querer comer", afirmou Batista referindo-se às mineradoras interessadas nos ativos da MMX. A venda de ferro casada com acesso a portos ou áreas potenciais pode ser uma das principais razões para o interesse nas minas da empresa, conforme sinalizou Batista.

Batista lembrou que a China voltou a comprar mais minério de ferro, a mesma percepção do presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli. No ano passado, a MMX produziu 5 milhões de toneladas de minério de ferro, ficando 19% abaixo da expectativa inicial de produção de 6,2 milhões de toneladas. Mas neste ano há sinais de melhora nas encomendas, liderada sobretudo pelos asiáticos.

A MMX nomeou um assessor financeiro estruturar a operação de venda de parte dos ativos ou toda a empresa. O anúncio foi feito ontem, juntamente com a notícia de que a empresa vai emitir hoje debêntures simples no valor de R\$ 200 milhões para refinar sua dívida e fazer caixa. "Os recursos provenientes da emissão das debêntures serão destinados ao refinanciamento de parte da dívida da companhia e servirão para outros usos corporativos", comunicou ao mercado.

A MMX encerrou o ano de 2008 com uma dívida bruta de R\$ 1,35 bilhões, dos quais R\$ 542,5 milhões, ou 40%, com vencimento no curto prazo e R\$ 811,5 milhões (60%) no longo prazo.

"Além disso, a Centennial Asset Mining Fund LLC. ("Centennial"), uma sociedade limitada com sede em Nevada, Estados Unidos da América, detida integralmente pelo Sr. Eike Batista, acionista controlador da MMX, anunciou hoje que acordou firmar um compromisso com o Banco Itaú Europa S.A. ("Itaú Europa"), através do qual o Itaú Europa irá vender para a Centennial notas estruturadas ("Notas") vinculadas ao desempenho das [ações](#) ordinárias da companhia no montante total de até US\$ 20 milhões", informou ontem a empresa. Segundo a MMX, as Notas terão prazo inicial de seis meses a partir de sua emissão e propiciarão para a Centennial um aumento de sua exposição em relação ao desempenho das ações da MMX.

A companhia registrou um prejuízo de R\$ 848,02 milhões em 2008, após lucro de R\$ 765,6 milhões em 2007. As perdas foram concentradas no quarto trimestre, de R\$ 507,224 milhões. (Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 1) (Sabrina Lorenzi)

VEÍCULO: Gazeta Mercantil

Seção: Primeira Página

Autor: Andrezza Queiroga e Fernanda Bompan

Data: 02/04/2009

Título: Justiça proíbe Usiminas de demitir

São Paulo, 2 de Abril de 2009 - O desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) proibiu, desde a última terça-feira, que a Usiminas efetue novas demissões. Segundo o sindicato dos trabalhadores, a empresa pretendia demitir mais 20% do quadro de funcionários. Desde dezembro, a Usiminas cortou mais de 1,5 mil trabalhadores. As negociações frustradas entre a empresa e o sindicato fundamentaram a liminar, que se baseou no princípio da lei que é "social e deve manter a dignidade humana".

Audiência de conciliação está marcada para o próximo dia 23, quando será decidido também se a empresa deverá ou não reintegrar os demitidos. A Usiminas informou, por meio de nota, que está "priorizando a redução de custos e buscando alternativas

de preservar a sua força de trabalho". A decisão de ontem, além da liminar contra a Embraer e Maxion, mostra, segundo especialistas, uma mudança de postura do Judiciário brasileiro e o endurecimento da Justiça para forçar uma negociação entre empresas e trabalhadores.

Justiça proíbe Usiminas de fazer novas demissões

2 de Abril de 2009 - Mais uma decisão polêmica do Judiciário brasileiro foi divulgada ontem. Frustradas as negociações entre a Usiminas - e mais seis empresas ligadas a ela - com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Siderúrgicas, Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico e de Informática de Ipatinga, Belo Oriente e Santana do Paraíso (Sindipa), o desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello, vice-presidente judicial do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), proibiu, em caráter liminar, que a empresa faça novos cortes desde a última terça-feira, quando houve a decisão. O Sindipa denunciou a dispensa em massa de mais de 1,5 mil trabalhadores desde de dezembro do ano passado. E afirmou que havia a pretensão de mais demissões, o que, segundo o sindicato, deve atingir cerca de 20% do quadro de funcionários.

De acordo com o desembargador, houve abuso do exercício do direito. "Não houve transparência nas demissões. E quais os critérios utilizados?", questiona o vice-presidente do TRT-MG. "A empresa alega que questões econômicas fizeram com que as demissões ocorressem, mas a Usiminas deverá fundamentar esta alegação", diz. O magistrado comentou que a decisão se baseia no princípio da lei que "é social e deve manter a dignidade humana". Ficou marcada uma audiência de conciliação entre as partes para o próximo dia 23, nela também deverá ser decidido se houve abusividade nos cortes e se deverá ou não haver reintegrações.

Direitos

Como a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Campinas (SP) - que concedeu liminar suspendendo as 4.273 demissões da Embraer até o dia 13 de março -, a decisão do TRT-MG também criou polêmica entre especialistas. O desembargador Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello nega que sua decisão tenha alguma relação com a do presidente do TRT de Campinas. "Estou mais preocupado com o cunho social das novas demissões do que com o direito individual", justifica o desembargador.

Entretanto, para advogados, as decisões podem mostrar uma nova postura do Judiciário brasileiro. "O que está havendo é um endurecimento da Justiça para forçar uma negociação e conseguir indenizações aos demitidos. É uma atitude nova", analisa Antonio Carlos Vianna de Barros, sócio do Demarest & Almeida Advogados.

De acordo com a advogada Maria Aparecida Pellegrina, do Opice Blum Advogados Associados, em princípio a liminar fere o direito do empregador rescindir o contrato. E explica que, em função de algumas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as demissões em massa passaram a ser permitidas desde que o empregador justifique a ação por meio de dados econômicos. "A empresa tem de comprovar que

necessita cortar trabalhadores e é obrigada a apresentar ao sindicato da categoria um comunicado com as razões dos cortes", explica. "A Embraer, por exemplo, demonstrou que uma encomenda de 100 aviões foi cancelada o que, obviamente, altera o caixa da empresa", afirma. O advogado Marcos Vinicius Poliszczuk, do Fortunato, Cunha Zanão e Poliszczuk Advogados, diz que "os direitos do trabalhador já estão resguardados com a criação de garantias como o FGTS e o seguro-desemprego, por exemplo". "O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve revogar essas liminares, pois a relação entre empregado e empregador é contratual e não social", entende Poliszczuk.

Jurisprudência

O advogado Paulo Sérgio João, do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey e Quiroga, apesar de acreditar que os tribunais teriam negado ao empregador o direito de demitir sem negociação prévia, afirma que as decisões estão formando uma jurisprudência sobre esse acordos antes dos cortes. "Não há regras com relação a demissões em massa. Há uma interferência na regulamentação das decisões trabalhistas. É uma experiência nova", avalia o advogado. "Pode acontecer do assunto virar jurisprudência mas é complicado afirmar. O que me parece é que as decisões foram tomadas por um direito alternativo, que há tempos existiu no Rio Grande do Sul", diz Antônio Carlos Aguiar, do Peixoto e Cury Advogados.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 10)(Andrezza Queiroga e Fernanda Bompan)

VEÍCULO: Valor

Seção: Primeira Página

Autor: César Felício, de Belo Horizonte

Data: 03/04/2009

Título: Usiminas recebe benefício e mantém investimentos em Minas Gerais

Leo Drumond /



Valor

Castello Branco, presidente da Usiminas, diz que a empresa terá diferimento na cobrança de ICMS sobre bens de capital

Após conseguir do governo mineiro a ampliação dos benefícios fiscais com que já conta no Estado, a siderúrgica Usiminas anunciou ontem a manutenção de seu plano de investimentos em Minas Gerais, que somam R\$ 19,1 bilhão e não têm mais prazo fixo para serem realizados. Esses projetos já tinham sido anunciados, mas antes da crise.

Em uma reunião aberta com o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), o presidente da Usiminas, Marco Antonio Castello Branco, recebeu a garantia de que a empresa terá diferimento na cobrança de ICMS sobre a compra de bens de capital para ativos fixos não apenas para a principal empresa do grupo, mas também para as subsidiárias Automotiva Usiminas e Usiminas Mecânica.

Nem Castello Branco e nem o governo mineiro quiseram precisar o quanto será poupado pela empresa em pagamento de impostos com o diferimento. "O cálculo é impossível de ser feito porque não temos como prever qual será o faturamento futuro da Usiminas", comentou o secretário de Desenvolvimento mineiro, Sérgio Barroso.

Também poderão ser enquadradas neste benefício as subsidiárias que deverão transferir sua sede para Belo Horizonte, como Cosipa, Fasal, Rio Negro, Dufer e Zamprogná, desde que gerem receita em Minas Gerais. Segundo Sérgio Barroso, o governo estadual ainda deverá investir R\$ 62,5 milhões em obras de infraestrutura para uso da Usiminas.

O principal projeto da Usiminas no Estado é uma usina de placas em Santana do Paraíso para 5 milhões de toneladas de aço. Somente esta unidade industrial consumiria recursos de R\$ 13,1 bilhões. A empresa ainda pretende quintuplicar a produção de ferro nas minas de Itatiaiuçu e ampliar a capacidade de usinas de laminação e galvanização. Mas desde o início da crise econômica global, em setembro, o projeto mineiro ganhou elasticidade em todos os seus prazos de investimento. Em 2009, segundo Castello Branco, a empresa deverá investir R\$ 2,9 bilhões. Mas neste total está incluído apenas a terraplenagem da futura usina de Santana do Paraíso, e não a compra de equipamentos, como estava previsto anteriormente.

A Usiminas conseguiu os novos benefícios do governo mineiro sem se comprometer com nenhuma meta de preservação de empregos. Desde o início da crise, a empresa demitiu 908 funcionários. Mas ela está impedida, por liminar judicial do Tribunal Regional do Trabalho, de realizar novos desligamentos desde 31 de março. A siderúrgica já informou que deve recorrer.

"O nosso processo de readequação ao mercado não parou, está suspenso por causa da liminar, da qual iremos recorrer. Infelizmente não se aquece a demanda de aço no mundo por decisão judicial ou por decreto", disse Castello Branco. O executivo afirmou

que a empresa prossegue com três altos-fornos parados, sendo dois em Minas Gerais e um em São Paulo.

"A manutenção ou não dos empregos é uma área da empresa deles, o Estado não deve intervir", afirmou secretário Barroso, para quem o investimento da Usiminas tem escala inédita. "Em valor a ser aplicado, é com certeza o maior do Brasil e da América Latina", disse.

VEÍCULO: Valor**Seção: Economia****Autor: Cláudia Schüffner, do Rio****Data: 06/04/2009****Título: MPX quer investir também em energia renovável**

Maior investidora em projetos de geração a carvão no Brasil, com três térmicas em construção no seu portfólio e um plano de negócios que já identificou quase 9 mil megawatts (MW) a serem gerados, a MPX também quer gerar energia limpa. A companhia, braço de energia do grupo comandado por Eike Batista, tem planos de participar do próximo leilão de energias renováveis, ainda sem data marcada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) oferecendo energia eólica a ser instalada no porto do Açú, em São João da Barra (RJ). A iniciativa ainda depende do preço-teto que for estabelecido pela EPE.

Se for adiante, o projeto de energia eólica não será o único do porto do Açú. Pelo menos assim espera o presidente da MPX, Eduardo Karrer. Ele explica que a empresa vai tentar oferecer nos próximos leilões de compra de energia para o mercado regulado energia proveniente de gás e carvão no local, aproveitando inclusive a infraestrutura de gasodutos existentes próximo à área.

"O porto do Açú pode se tornar um polo de geração de energia multifonte, seja a gás, carvão, vento ou solar. É um projeto estruturante do ponto de vista elétrico brasileiro, tanto pelo tamanho quanto pelo local. E é muito importante para o Sudeste nos próximos 10 a 15 anos dada a necessidade de diversificação da matriz elétrica", afirma Karrer.

Ele lembra que a proximidade da malha de gasodutos da Petrobras interligando a produção de gás do Rio, São Paulo e Espírito Santo e ainda o terminal de GNL da estatal farão com a região se equipare ao Golfo do México americano em termos de diversificação de fontes de suprimento desse combustível.

A MPX já obteve licença prévia para construir uma térmica a carvão com capacidade de gerar 2.100 MW no porto do Açú e tem planos de gerar outros 3.300 MW através de térmicas a gás. Mas esses projetos ainda estão em fase de estruturação, à espera de

preços e condições que permitam levar os projetos adiante. É o caso de um projeto de 600 MW usando carvão da mina Seival, no Sul.

O que já está de pé são as obras para construção das térmicas de Pecém (módulo 1 com a EDP e o II sozinha) e de Itaqui, no Ceará e Maranhão respectivamente.

Uma das usinas do Ceará tem a EDP Energias do Brasil como sócia e vai gerar 720 MW através de duas máquinas de 360 MW cada. A energia já está vendida para o pool de distribuidoras e começará a ser entregue em 2012. A segunda usina, chamada Pecém 2 e totalmente controlada pela MPX, vai gerar 360 MW e ficará pronta em 2013.

A MPX já tem mil funcionários trabalhando no Ceará e outros 150 no Maranhão. Durante o pico das obras, previsto para 2010, serão 3 mil homens em Pecém e 1.500 em Itaqui. Assim como todas as empresas controladas pela EBX de Batista, a MPX tem planos de integrar sua atividade de geração com logística e suprimento de combustíveis. A empresa explora duas áreas na Colômbia - La Guajira e Cesar - com possibilidades de encontrar depósitos de carvão que poderá se tornar supridora das térmicas no Brasil. E a OGX, braço de petróleo e gás, explora blocos com grande potencial na Bacia de Campos.

Ex-secretário executivo do Ministério de Minas e Energia no governo Fernando Henrique Cardoso, Xisto Vieira Filho, diretor de comercialização e regulação da MPX, defende a utilização do carvão como combustível dizendo que o insumo é essencial para a ampliação da matriz energética brasileira, justificados para salvar a água dos reservatórios. "Vamos usar carvão com alto poder calorífero e com baixos teores de enxofre e de cinzas", frisa Vieira, lembrando que do investimento programado 30% serão destinados ao sistema de controle de emissões de óxidos de enxofre e de nitrogênio (NOX e SOX) e materiais particulados. "Vamos construir no Brasil hoje o que será construído nos Estados Unidos no futuro", frisa Vieira.

A MPX tem R\$ 1,8 bilhão em caixa e acaba de ter aprovado pedido de empréstimo de R\$ 1,3 bilhão no BNDES para Pecém I e R\$ 700 milhões para Itaqui. Também obteve um financiamento direto de US\$ 197 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está estruturando junto a bancos privados empréstimos indiretos de até US\$ 314 milhões para a companhia. O programa de investimentos soma aproximadamente R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão em recursos próprios.

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Ciarelli****Data: 14/04/2009****Título: Vale faz ajuste e reduz quadro de diretores**

Quatro diretores deixaram a empresa, incluindo Demian Fiocca, ex-presidente do BNDES

Quatro diretores da Vale deixaram a mineradora na semana passada. Segundo fontes, a saída dos executivos teve como pano de fundo o enxugamento da estrutura administrativa para adequação à nova realidade econômica mundial. Dos quatro, apenas um ocupava uma diretoria executiva: Demian Fiocca, que ingressou na empresa em 2007, depois de deixar a presidência do BNDES. Os outros três fazem parte do segundo escalão hierárquico.

As funções de Fiocca, que ocupava a diretoria de Gestão e Sustentabilidade, serão distribuídas para outros diretores executivos, e o primeiro escalão da Vale passa a contar com apenas seis executivos. A redistribuição de áreas e a junção de departamentos irá acarretar novas demissões na empresa, especialmente de cargos gerenciais. Mas os cortes não serão tão traumáticos como as 1,3 mil dispensas feitas em outubro do ano passado, logo após o agravamento da crise financeira internacional, que reduziu de forma drástica a demanda global por minério de ferro e metais.

Segundo fontes, Fiocca, que também já ocupou a chefia da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, na gestão de Guido Mantega, deve voltar ao governo. Também deixaram a mineradora os diretores de Meio Ambiente, Walter Cover; de Comunicação, Olinta Cardoso; e de Recursos Humanos, Marco Dalpozzo. A intenção é que esses cargos passem a ser acumulados por outros funcionários da empresa, reduzindo custos. A direção da Vale não comentou o assunto.

Para analistas, o enxugamento da estrutura administrativa terá pouco impacto entre os investidores. "Neste momento de retração da economia mundial, é normal tentar adequar os custos. Vivemos hoje uma nova realidade", afirmou Pedro Galdi, da corretora SWL. Por isso, acredita, as informações não causaram impacto no comportamento das ações da companhia. As ações ordinárias tiveram ontem alta de 2,59% e as preferenciais, de 2,42%.

Para Eduardo Roche, da Modal Asset, a influência nos custos dessa reestruturação deverá ser pequena diante da dimensão da companhia. Além disso, ele acredita que a saída de profissionais ligados ao segmento de sustentabilidade e meio ambiente não deve ter impacto na imagem corporativa da mineradora. Isso porque, pondera, os profissionais podem ter deixado a Vale, mas, áreas não serão extintas. "A importância dessas áreas não irá acabar. Não faz diferença se há um diretor específico ou não. O que importa é se essa área será cuidada", disse Roche.

Seção: Economia**Autor: Estadão****Data: 14/04/2009****Título: Fornecedor terá linha de crédito**

O diretor executivo de Finanças da Vale, Fábio Barbosa, disse ontem que a mineradora estuda com alguns bancos a implementação de uma linha de financiamento especial para seus fornecedores com dificuldades de acesso ao crédito. De acordo com o executivo, a mineradora ainda não fechou com nenhuma instituição financeira a abertura de uma linha de crédito, mas a operação deve seguir o mesmo modelo já acertado com o Banco do Brasil.

A instituição financeira mantém, há quatro anos, uma linha especial de financiamento de R\$ 50 milhões para os pequenos e médios fornecedores da Vale no Maranhão, Pará, Espírito Santo e Minas Gerais. "Estamos discutindo alternativas para lidar com a situação de alguns fornecedores. Estamos discutindo os aspectos, nada está fechado. A instituição não está definida", afirmou o executivo, que participou do seminário "Cenários da Economia Brasileira e Mundial", promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Barbosa disse também que a Vale já identificou sinais de recuperação na demanda por minério de ferro e metais da China, que despencou no final do ano passado por conta do agravamento da crise financeira mundial. Mas, segundo ele, essa estabilidade veio em um patamar bem inferior de produção e preços.

"A gente pode auferir que há indícios de estabilização na produção. Em nível muito mais baixo, mas há estabilização. Temos uma queda contínua no nível de estoques combinada com aumento de encomendas", disse.

VEÍCULO: Valor**Seção: Economia****Autor: Rafael Rosas, Valor Online, do Rio****Data: 15/04/2009****Título: Vale confirma acerto com Dubai**

A Vale do Rio Doce confirmou a entrada da Dubai Aluminium Company Limited (Dubal) no capital da Companhia de Alumina do Pará (CAP). Com a negociação, a Vale passará a ter 61% do capital total, contra 80% anteriormente. A norueguesa Hydro Aluminium

continuará com 20%, enquanto a Dubal terá 19%.

A CAP implantará uma refinaria de alumina no município de Barcarena. A unidade ficará a cinco quilômetros da refinaria de outra subsidiária da Vale, a Alunorte. Segundo a Vale, a entrada da Dubal no capital da CAP está sujeita ao cumprimento de "certas condições". A refinaria de Barcarena terá capacidade inicial de 1,86 milhão de toneladas métricas por ano de alumina.

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Seção: Economia****Autor: DA SUCURSAL DO RIO****Data: 17/04/2009****Título: Vale adia projeto de níquel no Brasil**

A Vale anunciou ontem que decidiu adiar a entrada em operação do projeto de níquel de Onça Puma, no Pará -o principal projeto de níquel da empresa no país. A previsão era de início da operação em janeiro de 2010, mas a empresa afirma que, como há ainda uma licença ambiental pendente, o começo do projeto será adiado em pelo menos um ano.

O ajuste na produção de níquel não se restringe ao projeto no Brasil. A empresa vai paralisar as minas e plantas de beneficiamento de Sudbury, em Ontário, no Canadá, de 1º de junho a 27 de julho. As plantas de processamento de metais preciosos em Port Colborne, em Ontário, também serão paralisadas neste período. A mineradora anunciou ainda que concluiu a venda da participação na Usiminas, o equivalente a 5,89% das ações ordinárias, a um grupo de acionistas da Usiminas (Camargo Corrêa, Mitsubishi Corporation, Nippon e Votorantim), em um negócio de R\$ 594,7 milhões.

VEÍCULO: Estado de São Paulo**Seção: Empresas & Tecnologia****Autor: Mônica Ciarelli****Data: 17/04/2009****Título: Vale adia projeto de níquel**

Projeto de Onça Puma, no Pará, deve entrar em operação só em 2011

Os efeitos da crise internacional continuam a bater à porta da Vale, segunda maior mineradora mundial. Ontem, a companhia anunciou mais um corte de produção, o quinto desde o final de outubro do ano passado. Desta vez, o setor afetado foi o de níquel. Sob a alegação de um "cenário recessivo global", a companhia anunciou a paralisação, por oito semanas, das unidades e minas de produção de níquel em Sudbury, no Canadá. O processamento de metais preciosos, um subproduto da mineração de níquel, também ficará parado entre 1º de junho e 27 de julho.

Além desses ajustes, a Vale anunciou ainda que irá postergar por, pelo menos um ano, a entrada em operação do projeto de níquel de Onça Puma, no Pará, marcada para janeiro de 2010. A mina de Onça Puma terá capacidade para produzir anualmente 58 mil toneladas métricas de níquel.

O primeiro ajuste na produção foi anunciado em outubro, com o corte de 30 milhões de toneladas de minério de ferro no País. Em novembro, duas pelletizadoras no Espírito Santo tiveram suas atividades paralisadas. No mês seguinte, foi a vez de outras duas pelletizadoras, também no Espírito Santo, suspenderem suas atividades.

Os cortes atingiram ainda uma subsidiária do grupo, a mineradora Samarco, que também parou suas operações em duas unidades de pelletização. Analistas calculam que os cortes em pelletização corresponderam a 65% da capacidade produtiva da Vale no segmento.

PREÇO EM QUEDA

A forte derrocada do preço do níquel nos últimos meses é um dos fatores que explicam os novos cortes de produção no setor e também o adiamento do projeto Onça Puma. Há grande incerteza sobre o comportamento da demanda mundial por metais e minério de ferro, o que vem levando a companhia brasileira a adotar diversas medidas de redução de custos. Além dos cortes de produção, a Vale demitiu em novembro 1,3 mil funcionários e colocou outros 5,5 mil em férias coletivas.

Para evitar novas demissões, 15 sindicatos de trabalhadores ligados à mineradora aceitaram em fevereiro a proposta da companhia de flexibilizar as normas trabalhistas, o que permite a colocação de funcionários em licença remunerada com redução de 50% do salário. De fevereiro para cá, 440 funcionários já foram colocados em licença. O acordo fechado entre os sindicatos abrange 34 mil trabalhadores e tem validade até 31 de maio.

Agora, diante ainda de um quadro de forte retração no setor, os sindicatos querem propor uma prorrogação do acordo. O presidente do Sindicato dos Ferroviários de Minas Gerais e Espírito Santos, João Batista Cavalieri, revela que a expectativa é de que outros 500 a 600 trabalhadores da região sejam colocados em licença remunerada nas próximas semanas.

Segundo ele, os sindicatos tiveram uma reunião com os representantes da área de

recursos humanos da Vale na última terça-feira para discutir a possibilidade de postergar o acordo. Um novo encontro está marcado para meados de maio.

"Nossa intenção é evitar demissões. Hoje, o cenário está muito incerto. A China deu sinais de reação, mas a Europa não. Queremos adiar a decisão de novas demissões para ver se o cenário muda e ninguém perde o emprego", afirmou. "Estamos vivendo um pesadelo. Imagina como é difícil para um sindicalista brigar por um acordo como este. Mas, o que se pode fazer nesse momento?", desabafou.

VEÍCULO: Gazeta Mercantil

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Data: 17/04/2009

Título: Vale conclui venda de ações da Usiminas

São Paulo, 17 de Abril de 2009 - A Companhia Vale do Rio Doce informou ontem ao mercado que concluiu a venda de sua participação acionário na Usiminas, de 5,89% das ações ordinárias, o que corresponde a 2,93% do capital total da siderúrgica, para um grupo dos atuais acionistas controladores da companhia. A operação, que rendeu R\$ 594,7 milhões ao caixa da Vale, foi finalizada quase um ano depois de a mineradora ter colocado à venda sua posição na empresa.

As 14,8 mil ações ordinárias emitidas pela Usiminas passam agora ao Grupo Nippon, à Camargo Corrêa e à Votorantim, empresas vinculadas ao acordo de acionistas vigente da Usiminas, juntamente com a Caixa dos Empregados da Usiminas (CEU). Cada uma das empresas pagou R\$ 40,00 por ação, para exercer o direito de preferência de compra das ações, na proporção de suas respectivas participações. As ações ordinárias da Usiminas encerraram o dia com alta de 6,31%, cotadas a R\$ 30,12. As preferenciais fecharam a R\$ 33,30, alta de 6,38%.

Com a negociação, as empresas envolvidas ampliam sua participação na empresa. O Grupo Nippon passará a deter 27,74% das ações ordinárias, ou 13,84% do capital total. Segundo o acordo de acionistas assinado em 2006, o grupo japonês - do qual fazem parte a empresa Nippon Usiminas Co, Nippon Steel Corp e Mitsubishi - possuía 24,7%. Já a Votorantim e a Camargo Corrêa, que juntas possuem um consórcio com participação no controle acionário da siderúrgica, fica com 25,97% das ações ordinárias, ante os 23,1% iniciais. A caixa dos funcionários permanece com os 10,1% que já detinha das ações ordinárias.

"A Usiminas esclarece que a alienação não altera o equilíbrio de direitos e poderes de seu Grupo de Controle, uma vez que a Vale não era participante de nenhum grupo específico e não possuía direito de veto", informou a siderúrgica em comunicado.

A Nippon, que atua na Usiminas desde a fundação da siderúrgica mineira, na década de 1950, já havia informado, no final de janeiro, que tinha acertado a compra de parte

das ações. Para a Votorantim, o aumento de participação na Usiminas faz sentido uma vez que a empresa tem incrementado sua atuação no setor siderúrgico: criou, no ano passado, a Votorantim Siderurgia, que opera a usina Barra Mansa, no Rio de Janeiro, a unidade colombiana Paz del Río, adquirida 2007, e a unidade argentina Acerbrag, comprada no ano passado. Além disso, a Votorantim está investindo na construção de uma nova usina, em Resende (RJ).

Segundo Francisco Caprino Neto, presidente da divisão de concessões do grupo Camargo Corrêa, o aumento da participação por parte do grupo "revela o interesse da empresa no negócio, mas não altera em nada a governança".

A Vale decidiu deixar o controle da empresa depois que a Usiminas adquiriu a mineradora J.Mendes, garantindo fornecimento próprio de minério de ferro. A Vale manteve por três anos negociações com o grupo de controle da siderúrgica até ingressar no bloco, no final de 2006, o que exigiu da companhia se desfazer de 13,9% do total das ações.(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 1)

VEÍCULO: Gazeta Mercantil

Seção: Economia

Autor: Da Redação

Data: 17/04/2009

Título: Mineradora reduz produção de níquel

São Paulo, 17 de Abril de 2009 - A Companhia Vale do Rio Doce anunciou ontem que tomou novas medidas para ajustar sua produção de níquel à evolução da demanda global pelo metal. "Tendo em vista o cenário recessivo global, a Vale utiliza suas opções de gerenciamento da produção e execução de projetos de acordo com sua avaliação sobre as condições de mercado", informou a mineradora em comunicado.

Diante deste cenário, a companhia informou que está desacelerando a conclusão do projeto de níquel Onça Puma, localizado no estado do Pará, que inicialmente estava previsto para começar a operar em janeiro do ano que vem. O projeto prevê uma unidade com capacidade anual para produzir 58 mil toneladas métricas de níquel em ferro-níquel. "Dado que uma licença ambiental se encontra pendente, o início do projeto Onça Puma será adiado em, no mínimo, um ano", informou a mineradora.

Além disso, a Vale anunciou que vai paralisar por um período de oito semanas, a contar a partir de 1 de junho, as minas e as unidade de beneficiamento de Sudbury, na província de Ontário, no Canadá. Segundo a companhia, também haverá uma parada para manutenção normal, já planejada, nas unidades de Sudbury durante o mês de maio, antecedendo, portanto, a paralisação anunciada ontem. "Adicionalmente, as plantas de processamento de metais preciosos - um subproduto da mineração de níquel de Sudbury - em Port Colborne, Ontário, também será paralisada de 1º de junho a 27 de julho".

A mineradora ressaltou que Sudbury é uma principais regiões de produção de níquel do mundo. Segundo a empresa, as minas da localidade forneceram, no ano passado, minério para a produção de 85,3 mil toneladas métricas de níquel acabado, 31% da produção total da Vale.

O preço do níquel para entrega em três meses caiu 0,4% ontem na Bolsa de Metais de Londres (LME), cotado a US\$12,45 mil por tonelada. Os estoques subiram 84 toneladas, para 105,34 mil toneladas.(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 1)(Redação)

VEÍCULO: Gazeta Mercantil

Seção: Economia

Autor: Durval Guimarães

Data: 17/04/2009

Título: Vale cria infraestrutura para escoar soja ao Porto de Tubarão

Pirapora (MG), 17 de Abril de 2009 - Numa experiência inédita, a Vale iniciou ontem em Pirapora, no norte de Minas, um programa de estímulo à produção de soja na região, que tem o propósito de colher 2,6 milhões de toneladas em quatro anos. Caso a safra seja bem sucedida, Minas Gerais, que produz 2,5 milhões de toneladas do grão, poderá duplicar sua produção. A Vale será beneficiada com o uso das suas ferrovias no transporte da carga até o porto de Tubarão em Vitória (ES).

Pirapora está localizada às margens do rio São Francisco e foi, no passado, o primeiro porto em Minas Gerais, que ligava a cidade até Petrolina, em Pernambuco. Foram inauguradas duas obras. Um grande armazém para receber os grãos produzidos na região e um ramal com 160 quilômetros de extensão, que estava parado havia pelo menos 28 anos.

As composições seguirão até a cidade de Corinto, onde se encontra com o leito em operação da Ferrovia Centro Atlântico, que vem de Sergipe até Belo Horizonte. O custo total do empreendimento será de R\$ 300 milhões, dos quais a Vale já investiu R\$ 50 milhões na recuperação da ferrovia e mais R\$10 milhões na construção do terminal de cargas, que vai receber a soja de caminhões para embarcar nos trens. O governo de Minas participará com a pavimentação de cerca de 300 quilômetros de rodovias.

Roger Agnelli, o presidente da Vale, autorizou a partida da primeira composição, com oito vagões carregados com o total de 500 toneladas de soja, com destino ao porto de Tubarão. Uma fila de caminhões se formou para aguardar a ocasião de descarregar a sua carga. Segundo Agnelli, 600 mil toneladas serão transportadas até o fim do ano. "Estamos ligando a região noroeste de Minas ao mundo", declarou Agnelli.

Desde quando assumiu em 2003 a Ferrovia Centro Atlântica (FCA), a Vale já investiu R\$ 4 bilhões na ferrovia. Deverá investir mais para elevar a eficiência, como as melhores ferrovias do mundo, declarou Agnelli. Segundo o presidente da ferrovia, Marcelo

Spinelli, o plano é buscar cada vez mais cargas para a empresa. Os usuários serão tradings companies, que, por sua vez estimulam os agricultores a plantar, garantem a compra do produto e buscam a safra nas fazendas, como fazem as cooperativas de produção de leite.

Segundo Spinelli, as tradings exportam cerca de 5 milhões de toneladas de grãos pelo porto de Tubarão, onde já existe infra-estrutura em operação. "A soja do noroeste de Minas vai apenas ser acrescida a esse volume de negócios", explicou. Em relação ao futuro, o executivo informou que o potencial agrícola da região é imenso e que os fazendeiros serão facilmente seduzidos a plantar, diante das facilidades de escoamento da produção. A empresa realizou estudos que confirmam a fertilidade dos solos da região, a oferta de água para irrigação e índice pluviométrico adequado. "O norte de Minas só não decolou até agora em produção agrícola por falta de meios de transportes", declarou

O secretário estadual de Agricultura, Gilman Viana Rodrigues, informou que o noroeste de Minas ocupa a vice-liderança na produção mineira de soja, com mais de 700 mil toneladas por ano. Em 2008, as exportações mineiras de soja e seus derivados - farelo e óleo - geraram US\$ 271 milhões, dos quais o Noroeste de Minas foi responsável por 20%.

O agricultor Décio Bruxels, que produz 21 mil toneladas de soja por ano em São Romão (MG) informou que sua safra será agora escoada por Pirapora e não mais por Uberlândia, com economia de mais de 200 quilômetros de frete. Além disso, a soja embarcada em Uberlândia vai para o porto de Santos. Outros agricultores presentes informaram que as empresas de trading que operam na região já estão pagando mais R\$4,00 por saca, em decorrência da redução dos custos de transportes com o novo ramal.

(Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados - Pág. 11)(Durval Guimarães)

VEÍCULO: Valor

Seção: Economia

Autor: Vera Saavedra Durão, do Rio

Data: 20/04/2009

Título: Vale já vende minério de ferro com desconto de 20%

Enquanto não se define a disputa pelo reajuste do minério de ferro para este ano, a fraca demanda pela matéria-prima do aço vem ditando as negociações entre mineradoras e siderúrgicas em meio à crise global. O mercado à vista tem suplantado o sistema de referência anual, padrão adotado nos anos 60 que corre o risco de sucumbir às pressões da China, país que domina hoje 80% do mercado transoceânico de minério. A própria Vale, defensora ferrenha desta forma de fixação de preços, já

está vendendo minério com desconto provisório de 20% para as usinas chinesas, com as quais tem contrato, como estratégia para garantir posição no que é um dos seus maiores mercados, conforme apurou o Valor.

Roger Agnelli, presidente da Vale, admitiu ao Valor que a flexibilização do desconto provisório é uma negociação "caso a caso, dia a dia" na atual situação de mercado, em que a questão não é preço, mas demanda. Ele nega, no entanto, que a mineradora esteja operando no mercado à vista, conforme informações de analistas de bancos e consultorias. Para Agnelli, porém, "a Vale não tem dogmas". E afirmou que "se for do interesse dos clientes que o "spot" é a melhor solução neste momento, a Vale os acompanha". O executivo considera o benchmark - que garante o preço por 12 meses - o melhor sistema de reajuste. Ele observa, porém, que a manutenção do preço de referência anual vai depender da definição dos clientes. A prioridade é atender seus clientes. "Se eles mudarem de posição em relação ao benchmark, a Vale também muda. Da forma como está hoje, não está bom para ninguém", declara.

No mercado de minério de ferro, a expectativa é que as negociações de preço deste ano podem desaguar num sistema misto: preço livre e preço de referência. O padrão poderia predominar em mercados fora da China. A Europa e os países das Américas, inclusive Brasil, estão com a siderurgia operando com alto nível de ociosidade, acima de 50%. Pode ser que as usinas destes países queiram se proteger de maior volatilidade optando pelo benchmark, avalia um especialista do setor de mineração.

A Rio Tinto, segunda maior mineradora de ferro do mundo, estaria liderando as negociações, priorizando o sistema padrão, enquanto BHPBilliton insiste na criação de um índice que se baseia em cotações para o minério em bolsa, como acontece com os metais na Bolsa de Londres, a LME.

A Vale já demonstrou que será pragmática neste ponto, conforme disse Agnelli. O executivo crê que a vigência do sistema de mercado livre dificulta violentamente a previsibilidade das mineradoras em termos de produção. "Se for tudo para o spot, é preferível reduzir o risco e passar a regular produção e investimento. O benchmark (referência) é uma garantia de menos volatilidade".

Para pôr mais lenha nesta discussão que vem sendo travada nas rodadas de entendimento entre siderúrgicas e mineradoras, a Bolsa de Cingapura anunciou sexta-feira a criação de um "contrato de swap" de minério de ferro em mercado de balcão, que começaria a operar em 27 de abril. Para o analista no Brasil do fundo de investimento americano Triogem Asset Management, José Maurício Haddock-Lobo, esta iniciativa pode ser um primeiro passo para a criação de um contrato futuro da matéria-prima em bolsa, pois o contrato de swap irá dar transparência aos preços no mercado à vista, criando uma curva de preços do mercado livre.

Atualmente, a única referência que se tem do "spot" é o Baltic Dry Index, um índice que informa o comportamento dos fretes marítimos. No momento, o que existe em termos de contrato de minério no mercado livre são os contratos negociados pelos

bancos Credit Suisse e Deutsche Bank, que já fazem negócios em mercado de balcão com o minério há um ano.

Vários bancos estrangeiros divulgaram relatórios na semana passada com enfoque nesse tema, envolvendo a Vale. O JP Morgan, em material para clientes sobre reunião de investidores com a Bradespar, uma das acionistas da Vale, aprovou a presença da empresa no mercado livre, fato confirmado pela Bradespar no encontro. Isso não é visto por analistas do banco como ameaça ao sistema padrão defendido pela Vale, mas como reação tática de uma produtora ao atual ambiente hostil no setor. "É uma estratégia de curto prazo da Vale que visa defender sua posição no mercado chinês, onde os australianos têm negociado abertamente minério no spot", argumenta o relatório assinado por Rodolfo de Angele e Fábio Bevilaqua".

A Bradespar informou ainda na reunião que as vendas da brasileira no mercado livre aconteceram no primeiro trimestre deste ano e tiveram desconto médio em relação ao preço de contrato de 14,1%. Isso vai impactar negativamente a receita do período, mas pode surpreender em relação ao volume, que segundo foi anunciado pela própria Vale, somou 30 milhões de toneladas, um recorde. A Bradespar destacou, por outro lado, que parte considerável das vendas têm sido feitas na modalidade Custo e Frete, baseada em preços de referência de contratos.

O relatório do Citi aponta presença agressiva da mineradora no mercado livre da China. O banco atribui a queda dos preços no spot, hoje na faixa de US\$ 60 a tonelada, à entrada da Vale. Seus analistas projetam vendas de 215 milhões de toneladas de ferro pela Vale em 2009 - 50 milhões em cada um dos dois primeiros trimestres, 55 milhões no terceiro e 60 milhões no quarto. Segundo o Citi, a exposição da Vale ao minério subirá para 81% neste ano, ante 51% em 2008, devido à retração dos metais, como níquel e cobre.

A Merrill Lynch também divulgou relatório informando sobre a recente queda do preço do minério no mercado à vista, entre 20% e 25%, e prevendo que o atual preço pode estar se aproximando do seu piso. A ML aposta que os preços do minério de ferro da Vale podem cair 20% neste ano.

VEÍCULO: Gazeta Mercantil

Seção: Economia

Autor: Reuters

Data: 22/04/2009

Título: Vale dá desconto provisório de 20%

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 2009 - A Companhia Vale do Rio Doce informou na segunda-feira que está vendendo minério de ferro com desconto provisório de 20% sobre os preços de 2008, enquanto aguarda o fechamento dos contratos de longo prazo com seus clientes para 2009. "O preço de venda provisório equivale a 80% do benchmark (preço referencial) de 2008, e o mesmo será ajustado posteriormente de

acordo com o preço benchmark de 2009, quando a negociação do mesmo for finalizada", informou a Vale em comunicado.

"Deve ser alguma coisa meio parecida como que a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) está fazendo. É uma forma de negociar enquanto não há preço definido", explicou a analista Juliana Chu, do BES Securities Bank. "Pode ser uma sinalização de que essa negociação vai demorar muito", complementou.

De acordo com o analista Antonio Emilio Ruiz, do Banco do Brasil Investimentos, "esta postura visa evitar quedas ainda maiores nas quantidades embarcadas de minério de ferro, pois muitas compras estão sendo adiadas aguardando uma melhor definição das condições para 2009", defendeu em relatório.

As negociações do preço contratual entre grandes mineradoras e siderúrgicas ainda estão ocorrendo, e as siderúrgicas buscam descontos entre 40% e 50%, enquanto as mineradoras querem limitar a redução a 20%.

O BB Investimento aposta em uma queda de 25% para nos preços dos contratos da Vale este ano, enquanto prevê redução de 30% para suas rivais.

"A Rio Tinto já realizou um acordo de redução de 30% com algumas siderúrgicas japonesas e provavelmente este ajuste servirá de referência para as outras", ressaltou Ruiz, lembrando que, por ser de melhor qualidade, o minério da Vale deve ter queda menor, e também pelo fato da mineradora ter ficado defasada no aumento de 2008.

Enquanto a Vale correu para obter no ano passado ajustes entre 65% e 71% para o seu minério, em fevereiro, as suas concorrentes australianas, a Rio Tinto e a BHP Billiton, deixaram para fechar mais tarde o contrato e conseguiram até 96% de aumento.

Os preços contratuais do minério do Brasil variam em um intervalo de US\$ 76 a US\$ 92 por tonelada, dependendo da mina.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 2)(Reuters)

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Seção: Economia

Autor: PAULO PEIXOTO DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Data: 24/04/2009

Título: Usiminas anuncia plano de demissão voluntária em MG

SIDERURGIA

A Usiminas anunciou ontem que no próximo dia 4 iniciará um PDV (programa de desligamento voluntário) nas suas unidades em Minas Gerais -em Ipatinga, no Vale do

Aço, e em Belo Horizonte, onde fica o setor administrativo. A usina em Cubatão (Cosipa) não será atingida. A crise internacional é o motivo para os cortes.

A meta da empresa, que tem cerca de 9.000 empregados na sede e na usina, é voltar a ter 10% do custo total gasto com mão de obra. Esse percentual atualmente é maior, mas a Usiminas não informou o índice. Não há, segundo a empresa, estimativa do número de funcionários que devem aderir.

A Usiminas disse que a proposta, acertada com o sindicato de Ipatinga, foi apresentada ao Tribunal Regional do Trabalho.

O prazo de adesão ao PDV vai até o dia 22. Não podem aderir a ele pessoas "aposentadas e em condições de se aposentar".

"Três dos cinco altos-fornos da Usiminas estão parados -dois em Ipatinga e um em Cubatão. Atualmente, a empresa opera com cerca de 50% de sua capacidade total", afirmou a companhia.

VEÍCULO: Valor**Seção: Economia****Autor: De São Paulo****Data: 24/04/2009****Título: Usiminas abre voluntariado para dispensas**

Terminou em programa de demissão voluntária (PDV) a negociação de dissídio entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, Usiminas e empresas que prestam serviços à siderúrgica (Umsa, Sankyu, Ebec, Embrasil, Convaço e E.S. Serviços). A decisão foi homologada ontem (dia 23) pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em audiência de conciliação realizada em Coronel Fabriciano (MG).

A Usiminas, que atualmente opera com 50% da sua capacidade, apresentou proposta de PDV com duração de 4 a 22 de maio, sem meta de funcionários a atingir. O plano é voltado a empregados que não sejam aposentados ou estejam em condições de se aposentar. Além das verbas legais, a empresa pagará aos trabalhadores indenizações variando conforme o tempo de casa (limitando-se ao teto de 3 salários) e pagará o plano de saúde por 6 meses após a dispensa.

Em março, o sindicato entrou com pedido de dissídio questionando as demissões ocorridas na Usiminas e nas prestadoras de serviço. Em 31 de março, o TRT deferiu uma liminar proibindo as empresas de efetuar demissões até que fossem estabelecidos critérios para a dispensa. Conforme o sindicato, houve 700 demissões pela empresa e outras 1,5 mil pelas prestadoras de serviço. "As empresas planejavam demitir mais 1 mil pessoas, por isso entramos na Justiça. O PDV não é o ideal, mas ameniza o problema", disse o presidente do sindicato, Luiz Carlos de Miranda. De

acordo com o TRT da 3ª Região, as prestadoras de serviço terão dez dias para apresentar propostas de indenização aos já demitidos e aos que ainda serão dispensados. **(CB)**